



**QUEM É MARIELLE FRANCO?
UMA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO DAS IMAGENS
CONSTRUÍDAS PELOS DISCURSOS MIDIÁTICOS**

**WHO IS MARIELLE FRANCO?
AN IMAGE INVESTIGATION PROPOSAL CONSTRUCTED
BY MEDIA DISCOURSE**

Verônica Palmira Salme de Aragão ¹
Camila Kayssa Targino Dutra ²

RESUMO

O presente estudo visa investigar as imagens atribuídas à vereadora Marielle Franco, executada junto com o seu motorista Anderson Gomes. Tal perda significou um retrocesso para os movimentos de mulheres. A pesquisa fundamenta-se na Análise Semiociológica do Discurso, proposta por Charaudeau, e no Feminismo Negro, na perspectiva do feminismo descolonial. A Teoria Semiociológica oferece suporte teórico para a compreensão dos processos discursivos, resultantes da posição dos sujeitos discursivos, de acordo com o seu projeto de influência. Pretende-se apreender imagens da vereadora por meio do exame dos imaginários coletivos construídos em torno dessas identidades. A interseccionalidade, presente na apresentação de Marielle Franco como mulher, preta, lésbica, mãe e defensora dos direitos humanos, revela a consciência das propostas do Feminismo Negro, que preconiza a luta pelo combate à desigualdade. A análise de duas matérias, publicadas nos sites G1 e BBC Brasil, revela diferentes identidades da vereadora,

¹ Doutora em Língua Portuguesa (Letras Vernáculas) pela UFRJ. Professora adjunta IV, em Língua Portuguesa, da UERN desde 2008. Integra o Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos e Literários (GPELL/UERN). Tem experiência na área de Letras, com ênfase na Análise Semiociológica do Discurso. E-mail: veronicasalme@uern.br

² Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2013). Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (em andamento). Graduada do Curso de Letras com habilitação em Língua Inglesa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (em andamento). Bolsista PIBIC 2020-2021. E-mail: camila_targino2010@hotmail.com

engendradas em estratégias de construção discursivas e imaginários coletivos bastante distintos.

Palavras-chave: Identidade. Imaginários Coletivos. Descolonialidade. Feminismo Negro.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the images attributed to Councilwoman Marielle Franco, who was murdered with her driver Anderson Gomes. Such a loss meant a throwback for women's movements. The research is based on Semiolinguistic Discourse Analysis, proposed by Patrick Charaudeau, and on Black Feminism, from the perspective of decolonial feminism. The Semiolinguistic Theory offers theoretical support for the understanding of the discursive processes, resulting from the position of the discursive subjects, according to their project of influence. In this perspective, it is intended to apprehend images of the councilwoman, and also the collective imagery constructed around these identities. The intersectionality, which is in the presentation of Marielle Franco as a woman, black, lesbian, mother and defender of human rights, reveals the awareness of the proposals of Black Feminism that advocates the fight to combat inequality. The analysis of two articles, published by the sites G1 and BBC Brasil, reveals different identities of the councilwoman, engendered in quite different discursive construction strategies and collective imaginaries.

Keywords: Identity. Collective imaginaries. Decolonial. Black feminism.

1 INTRODUÇÃO

A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta numa economia centrada no lucro que precisa de outsiders ocupando o papel de pessoas descartáveis (LORDE, 2019, p.142).

A emancipação feminina configura uma luta constante, que ora é motivada pela conquista de direitos, ora é reprimida por preconceitos, perseguições e exclusões. No que se refere ao recorte étnico-racial e de gênero, verificam-se, ainda, retrocessos drásticos, como a execução da vereadora Marielle Francisco da Silva, conhecida como “Marielle Franco”, preta, assumidamente homossexual, nascida e criada na favela da Maré, no Rio de Janeiro e, com o seu motorista Anderson Gomes. Executados, em 14 de março de 2018, homicídio que até agora não foi solucionado pelas autoridades competentes. A barbaridade do crime, as repercussões midiáticas e as problemáticas na investigação do duplo homicídio tornam emergentes os

debates, como a informatividade das mídias e a segurança de mulheres pretas e políticas.

Marielle Franco se apresentava como “Vereadora do Partido Socialista (PSOL-Rio), socióloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF)” (FRANCO, 2018, p. 117). Após a sua morte, inúmeros sujeitos Marielles foram apresentados pela mídia nacional e internacional, sendo construídos por diferentes sujeitos discursivos.

Sua morte levantou uma onda de manifestações no Brasil e no Mundo, com a pergunta, que após dois anos, permanece: Quem matou/mandou matar Marielle Franco? Embora dois acusados da execução estejam presos, há muitos questionamentos no caso, que ainda aguardam respostas, sendo a principal delas a motivação do crime. Em 2019 houve uma comoção para que o caso não fosse federalizado, que culminou em vitória para a família, com a manutenção da investigação no estado do Rio de Janeiro.

Mesmo diante da importância da investigação do caso, este não é o interesse dessa pesquisa, e sim, a análise dos discursos midiáticos responsáveis pela construção da imagem da vereadora após a sua morte. O uso das fake news chega a relacionar a morte da parlamentar ao tráfico de drogas. Assim, surgem os seguintes questionamentos: como jornais nacionais e internacionais veicularam informações sobre Marielle Franco, e com isso engendraram uma identidade e fomentaram imaginários coletivos nessa construção?

Tendo em vista essas identidades e imaginários coletivos, construídos discursivamente, que, historicamente, afastaram a mulher do exercício do poder e legitimaram a supremacia masculina e branca, as análises investigam os discursos midiáticos que se aproximam de uma prática feminista hegemônica/não-hegemônica. Na perspectiva de gênero, Davis (2017) aponta caminhos para o debate sobre a necessidade de organização entre as mulheres, principalmente as mulheres pretas. A autora destaca os erros do feminismo hegemônico ao negligenciar os problemas enfrentados por mulheres de classe social baixa, e principalmente, pretas. Nesse sentido, Lugones (2014) esclarece sobre a importância da resistência feminina como

forma de restituição de sua humanidade, dentro da proposta teórica da descolonialidade³ de gênero, já que muitas delas não têm sequer direito à vida.

Na presente análise, observam-se diferenças marcantes entre a mídia brasileira e estrangeira no que diz respeito à construção da imagem da vereadora Marielle Franco. Para a pesquisa realizada, foram analisadas duas matérias, retiradas dos sites dos jornais “o Globo”, conhecido como G1 e BBC Brasil. As notícias selecionadas, de um jornal nacional e um estrangeiro, foram publicadas logo após o cometimento do duplo homicídio, de Marielle Franco e Anderson Gomes, no mês de março de 2018.

No que se refere à organização textual do artigo, este segue estruturado em duas partes: a primeira apresenta uma discussão geral acerca da Teoria Semiolinguística do Discurso, bem como, importante contextualização do Feminismo Descolonial e o debate sobre gênero; a segunda parte traz as análises e discussão das matérias jornalísticas.

2 CONTRATO COMUNICATIVO, IMAGINÁRIOS COLETIVOS E ESTEREÓTIPOS

A Análise Semiolinguística do discurso oferece um aparato teórico que possibilita o exame dos sujeitos enunciadore e da problemática comunicacional envolvidos em um determinado discurso. Charaudeau (2005), precursor dessa teoria, define o sujeito como um ser psico-sócio-linguagereiro, que enuncia com uma intencionalidade, portanto, com um projeto de influência social. Trata-se de uma teoria que investiga, a partir da materialidade linguística, os sentidos produzidos em situações concretas. De acordo com Aragão (2013, p. 65), “a perspectiva extralinguística propicia um estudo interpretativo amplo de textos, a partir de um olhar crítico na atuação dos sujeitos enunciativos e no contexto sócio-interacional, enquanto a perspectiva linguística ampara-se nas formas da língua”.

Charaudeau chama a atenção para o fato de que o ato de linguagem se realiza num duplo espaço de significância, externo e interno à sua verbalização, determinando por isso mesmo dois sujeitos de linguagem. No primeiro espaço, o

³ Para a realização desta pesquisa, partiu-se do ponto de vista teórico defendido por Lugones (2014), no que diz respeito ao uso do termo Descolonialidade. Muito embora, esta seja a expressão utilizada pela autora, é importante assinalar a existência do termo Decolonialidade. De acordo com Santos (2018, p. 3), a problemática sobre a diferença entre descolonial e decolonial: “é relevante pontuar que as diferenciações postas por estes termos articulam-se como teóricas e políticas”.

sujeito social é “portador de um propósito sobre o mundo” (CHARAUDEAU, 1996, p. 34) e, portanto, de uma intencionalidade. Esse sujeito é denominado sujeito comunicante (Eu-Comunicante). No segundo caso, o sujeito tem um objetivo de influência, já que é responsável por seu ato de enunciação, designado sujeito enunciador (Eu-Enunciador).

O presente estudo foca a abordagem midiática sobre a construção do sujeito discursivo Marielle Franco, uma importante mulher, preta, lésbica e vereadora, eleita com grande votação, na Câmara dos Vereadores, no Rio de Janeiro. Para a investigação proposta, fundamentada na perspectiva teórica da Análise Semiolinguística do discurso, vale destacar alguns aspectos relevantes da prática política que envolvem a problemática comunicativa dentro de um quadro de influência social. Segundo Charaudeau, a prática política:

Se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos (CHARAUDEAU, 2008, p. 39).

Portanto, as imagens dos sujeitos políticos são construídas mais pelos discursos midiáticos veiculados, do que pela própria ação desses sujeitos. Daí a importância em como a mídia retrata os sujeitos políticos, visando ao exame desses sujeitos e suas respectivas imagens.

Acredita-se que, por meio da análise de diferentes instâncias enunciativas, de fontes distintas, ou seja, de condições de enunciação da produção linguageira, seja possível identificar as informações verídicas, e aquelas que não informam, desviando o foco de atenção e transmitindo determinados juízos de valores. A análise do discurso possibilita a interpretação dos sentidos, com base no exame do discurso, e a partir dele, evidencia os sujeitos enunciadores, a situação, o contexto sócio-histórico, ou seja, os elementos implicados em um ato comunicativo, visando à influência social.

A materialidade linguística concretiza-se no discurso, de acordo com Charaudeau (2008, p. 37), como “atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado”. Nesse sentido, o contexto de

execução da vereadora Marielle Franco é o mesmo contexto político em que se deu o golpe de 2016, o qual é definido em suas próprias palavras:

Foi uma ação autoritária, feita com a utilização do arcabouço legal brasileiro em pleno século XXI. Os principais atores desse cenário? De um lado a presidenta, mulher, vista por parcela da população como de esquerda. De outro lado um homem, branco, visto por parcela expressiva das pessoas como de direita e socialmente inserido nas classes dominantes (FRANCO, 2018, p. 117).

Todo ato enunciativo visa a uma ação de influência. No âmbito da mídia, as condições de produção do discurso midiático são apontadas por Charaudeau (2006) como “externo-externo” e “externo-interno”. O primeiro corresponde às condições socioeconômicas da máquina midiática. Já o segundo diz respeito às condições semiológicas da produção, de acordo com o suporte (jornal, rádio, televisão), com o jornalista, diretor e um chefe de redação. Esses sujeitos pertencem às instâncias externas ao ato comunicativo, e são os responsáveis pela imagem dos sujeitos construída no discurso midiático.

O ser da palavra é sempre duplo, o que pressupõe a existência de, pelo menos, dois sujeitos. Nesse sentido, ao abordar o assunto, Oliveira (2003, p. 28) explica que: “o Eu-comunicante e o Tu-interpretante são pessoas reais, com identidade psicossocial, ao passo que o Eu-enunciador e o Tu-destinatário são entidades do discurso, só tendo existência teórica”. Esse quadro da presença dos sujeitos no contrato comunicativo revela a interatividade de um ato de linguagem, seja no ato de produção (Eu-comunicante/Eu-enunciador) ou de recepção (Tu-destinatário/Tu-interpretante), tendo em vista os circuitos interno e externo ao ato de dizer. Para o presente estudo, interessa apenas a instância de produção do discurso, doravante, denominados “sujeito-comunicante e sujeito-discursivo”.

Charaudeau (2015) chama a atenção para a importância da linguagem em atividades essenciais, como a socialização e o domínio do pensamento e dos valores. Nessa perspectiva, verifica-se que o indivíduo é um ser social, pertencente a um ou vários grupos sociais, como a família, os amigos, o trabalho etc. O autor se fundamenta na filosofia contemporânea (fenomenologia) para tratar de “sujeito”, e na psicologia social, para definir “identidade” com base nos conceitos de diferença e relação. Para Charaudeau (2015, p. 18), trata-se, portanto, do princípio de alteridade, pois: “é somente percebendo o outro como diferente que pode nascer a consciência

identitária. Sendo percebida a diferença, desencadeia-se, então, no sujeito um duplo movimento: de atração e de rejeição em relação ao outro”.

Se “identidade” corresponde à diferença, pensar essa problemática em termos de linguagem pode revelar muito sobre falar sobre o outro, o diferente, dentro de uma problemática de influência social. No caso do presente estudo, os discursos midiáticos sobre Marielle Franco podem revelar muito sobre a sua identidade, seja na percepção de diferentes julgamentos, valores e atitudes.

A identidade de Marielle Franco era sempre bem marcada em seu discurso: de mulher, preta, favelada, lésbica, mãe e vereadora. Esse lugar de fala conota sentidos, valores e julgamentos, os quais são responsáveis pela construção do que Charaudeau (2015, p. 28) nomeia “imaginários socioculturais”. Trata-se de representações que “evidenciam imaginários coletivos que são produzidos pelos indivíduos que vivem em sociedade”. A compreensão desses valores simbólicos possibilita a compreensão de fenômenos decorrentes de práticas sociais que revelam identidades culturais, em diversas áreas da sociedade.

Nas palavras de Charaudeau (2015, p. 28), “uma sociedade se compõe de múltiplas comunidades que se entrecruzam num mesmo território, ou se reconhecem a distância”. Os grupos identitários se atraem, e rejeitam dialeticamente outros grupos, seja pela inclinação do grupo para si mesmo, seja para a abertura do grupo para outros, seja para a dominação de um grupo pelo outro. O autor afirma, ainda, que “a construção identitária do sujeito se faz numa contradição entre o desejo de ser singular, único, específico, e o desejo de pertencimento coletivo.” (CHARAUDEAU, 2015, p. 21).

Nesse sentido, quando Marielle Franco se identifica como mulher, preta, mãe, lésbica e vereadora, ela está se valendo da legitimidade, angariada com eleições, portanto, marcando o seu pertencimento institucional e político. Com isso, a vereadora afirma a presença de um sujeito distinto daqueles que, tradicionalmente, compõem uma Câmara de Vereadores, subvertendo o conceito de autorização discursiva (RIBEIRO, 2019), a qual marca, historicamente, as vozes silenciadas. O diálogo entre a Teoria Semiolinguística e o Feminismo Negro possibilita a apreensão de uma ou mais imagens em torno da Marielle Franco.

3 MARIELLE FRANCO E AS INTERSEÇÕES: MULHER, PRETA, MÃE, LÉSBICA E PARLAMENTAR

Em 2018, foi publicado o livro “O Golpe na perspectiva de gênero”, organizado por Linda Rubim e Fernanda Argolo, com ensaios escritos por várias autoras brasileiras, dentre as quais, destaca-se a então vereadora Marielle Franco. Contudo, Marielle não era apenas parlamentar, como ela mesma se auto intitulou no referido artigo, ela era também: mulher, preta, favelada e parlamentar. Assim, Marielle Franco nunca omitiu as suas raízes, conforme exposto por Rocha (2018).

Marielle Franco nasceu em uma família de migrantes do Nordeste e foi criada na Favela da Maré, bairro do Rio de Janeiro. Como Rocha (2018, p. 275) afirma: “as favelas são também lugar de resistência”. Quando a Favela da Maré começou a ser ocupada de maneira mais intensa, logo foi criada a primeira associação de moradores. Assim, a história da Favela e de seus moradores é também uma história de luta e organização coletiva, o que se refletiu diretamente na trajetória de Marielle.

Além de ter se tornado mãe aos 19 anos, Marielle Franco trabalhava desde os 11 anos de idade. Foi através do Pré-vestibular Comunitário da Maré, criado pela organização coletiva dos moradores, que Marielle pôde se preparar e ser aprovada, após algumas tentativas, na PUC-RJ para cursar Ciências Sociais, com auxílio de uma bolsa para estudantes pobres.

Nesse momento, é importante destacar que a militância de Marielle, mesmo antes da sua filiação a partidos políticos, primeiramente ao Partido dos Trabalhadores e posteriormente, ao Partido Socialismo e Liberdade, sempre foi na área de Direitos Humanos. Eleita em 2016 para o cargo de vereadora, sua campanha foi um marco na história política da cidade. Marielle foi eleita com surpreendentes 46.502 votos, sendo a quinta mais votada na cidade e a segunda mulher com o maior número de votos. Seu mandato foi marcado por forte atuação nos temas dos direitos das mulheres e da população favelada. Ela ainda presidiu a Comissão de Defesa das Mulheres da Câmara do Rio de Janeiro, trazendo o tema para os debates legislativos.

Conforme Franco (2018, p. 122) pontuou, “o trabalho na comissão me fez perceber que no Rio de Janeiro era preciso defender o que já deveria ser universalmente óbvio, a vida: que havia direitos fundamentais a serem respeitados”. Diante de toda atuação política e comunitária, Marielle e o motorista Anderson foram executados, na noite do dia 14 de Março de 2018. As investigações até hoje não foram capazes de identificar quem mandou matá-los. Mesmo assim, Rocha (2018, p.

278) aponta que “Ao que tudo indica, Marielle foi executada como forma de silenciá-la e de parar sua luta, em defesa dos direitos dos moradores de favela, mulheres, negros e negras, LGBTQs”.

A morte de Marielle ocorreu em março de 2018, contudo até agora, mais de dois anos após o duplo homicídio, ainda não houve a completa elucidação do crime pelas autoridades competentes. Resta ainda para os familiares, a filha, a viúva de Marielle, os pais, uma grande lacuna. O tópico a seguir traz o debate acerca do Feminismo Descolonial e sua importância para as discussões sobre gênero.

4 FEMINISMO DESCOLONIAL

Os debates levantados pela temática da colonialidade não estão circunscritos apenas à ciência política. Pelo contrário, o campo de abrangência alcança, com vigor, discussões inerentes aos movimentos feministas, principalmente, as teóricas feministas de origem sul-americana, como Lugones (2014) e Ribeiro (2019).

Ao discorrer sobre a Colonialidade, Quijano (2009) define como um dos elementos constitutivos e específicos do poder capitalista. Segundo o autor, a Colonialidade tem como base a imposição de uma divisão étnico-racial da população do mundo. Tal classificação funciona como pedra angular do padrão de poder. Assim, tanto a Modernidade como a Colonialidade instalaram-se como eixos específicos desse padrão de poder, segundo o referido autor, engendrando novas identidades sociais da Colonialidade, tais como: “índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços” (QUIJANO, 2009, p. 74).

O pensamento desenvolvido por Quijano (2009) contribui para as discussões que Lugones (2014) teoriza, pois a autora intercala o pensamento “Descolonial” com as intersecções entre gênero, raça e classe. Assim, Lugones (2014, p. 939) afirma que “A análise de Quijano fornece-nos uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas”. A relação entre esses elementos proporciona a hierarquização dos seres humanos necessária para a dominação, em que “homens” seriam superiores às “mulheres” e “mulheres brancas” seriam superiores às “mulheres pretas”. Essa hierarquia determina as classes sociais e fundamenta-se no pensamento colonial ou moderno.

Lugones (2014) propõe, então, uma reflexão sobre o sistema moderno colonial de gênero como uma lente, através da qual aprofunda a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. A autora busca enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça e também sobre o gênero e a sexualidade. Com isso, a atribuição de valores serve à hierarquização dos seres humanos, e sua divisão possibilita a construção de narrativas que servem ao sistema capitalista.

Dessa forma, a hierarquização imputou valores advindos do sistema patriarcal, branco e heteronormativo, relegando tudo o que era diferente. Ribeiro chama a atenção de que:

A branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos. Devemos lembrar que este não é um debate individual, mas estrutural: a posição social do privilégio vem marcada pela violência (RIBEIRO, 2019, p. 33).

No debate de gênero, Lugones explica a partir do que se entende por “macho e fêmea” tradicionalmente:

Proponho interpretar, através da perspectiva civilizadora, os machos colonizados não humanos como julgados a partir da compreensão normativa do “homem”, o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como “mulheres”, a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres. Conseqüentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. Homens colonizados não eram compreendidos como em falta por não serem como-mulheres (LUGONES, 2014, p. 937).

A hierarquização da sociedade atual permite a compreensão da Colonialidade do gênero, pois a “A consequência semântica da colonialidade do gênero é que ‘mulher colonizada’ é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (LUGONES, 2014, p. 939). A Colonialidade do gênero conserva-se na intersecção entre a raça, classe e gênero, como bases centrais do sistema de poder capitalista. Daí a sua importância para as discussões que cercam

os diversos movimentos feministas e contribui para o rompimento do pensamento feminista hegemônico (LUGONES, 2014).

Nesse contexto, Velasco (2012, p. 28) enfatiza a importância das mulheres pioneiras do feminismo negro e ressalta que duas delas: Ida Wells e Sojourner Truth, “lançaram as bases do que seria o pensamento do feminismo negro, a clara aliança entre a reflexão teórica e as estratégias de mobilização. Também porque refletem a maneira coletiva de gerar pensamento sobre o feminismo negro”. O feminismo negro passa, então, a se diferenciar do feminismo branco ou, como Velasco (2012, p. 28, grifo nosso) propôs, do feminismo dito hegemônico: “Diferentemente do feminismo branco, que tem seu momento fundador no Iluminismo e reproduz a racionalidade do pensamento iluminado, o feminismo negro surge em um contexto escravo”. Logo, o feminismo negro parte de uma perspectiva contra hegemônica, ou seja, descolonial, diferentemente do reformismo do feminismo hegemônico.

O texto de Sojourner Truth: “E eu não sou uma mulher?”, ainda no século XIX, é apontado como marco inicial do feminismo negro, o qual questiona o reconhecimento da humanidade da mulher preta. Segundo Velasco (2012), há nesse feminismo características que permitem entender o caráter contra hegemônico do movimento. Como indicado pela autora, é importante apontar diferenças marcantes entre esses dois feminismos:

Em primeiro lugar, a oralidade da história contra a racionalidade da escrita dos textos fundadores do feminismo branco. Oralidade, e também o oratório aprendido e praticado nos púlpitos das igrejas. Ambas as ferramentas de resistência dos grupos subalternos. Segundo, a própria personagem do falante: Sojourner Truth foi a primeira de uma importante saga de intelectuais negros que, sem o apoio de uma obra escrita, se relacionaram com os interesses e lutas das mulheres pretas. Terceiro, por ser um texto criado a partir da colonialidade. A partir daí, com sua própria linguagem que não se reflete no espelho imposto, Sojourner Truth desconstrói a categoria (hegemônica) de uma mulher - uma categoria da qual ela é negada - reivindicando sua própria identidade como mulher (VELASCO, 2012, p. 29).

Muito embora Velasco (2012) não afirme diretamente, a Colonialidade é vista como fator essencial para a compreensão/análise do feminismo negro. Eis que tal movimento não rompe apenas com o feminismo - tido como hegemônico, mas permite ainda compreender diferentes formas de subjugação engendradas pelo sistema capitalista. Contribui para atribuir visibilidade, e sobretudo, identidade às

mulheres que “não existiam”, dialogando, em suma, com o pensamento exposto de Lugones (2014).

De acordo com Davis (2017, p. 15) “ao longo da última década do século XIX, após serem repetidamente rechaçadas pelo radicalmente homogêneo movimento pelos direitos das mulheres, as mulheres negras formaram o seu próprio movimento associativo”. A função primordial de suas agremiações era “a defesa ideológica e militante das mulheres negras — e dos homens negros, contra os danos causados pelo racismo”. Tendo em vista que o racismo estrutura a sociedade, o seu combate, por parte das mulheres, significa nesse primeiro momento, a restituição da humanidade, em uma perspectiva inclusiva, diferentemente da prática do feminismo hegemônico. Com a criação da “Associação Nacional de Agremiações de Mulheres de Cor”, o lema escolhido foi “erguendo-nos enquanto subimos”. O movimento de mulheres pretas desenvolveu-se em meio a diversidade de “lutas autênticas de pessoas despossuídas” (DAVIS, 2017, p. 17).

Davis (2017) destaca uma segunda onda do feminismo negro, em 1960. Desse período, destaca-se a militante Audre Lorde (1934-1992). Que deixou um legado, por meio da poesia, do ensino e da militância política, no que diz respeito à reflexão de valores consagrados, mas que devem ser revistos, como o silenciamento, a sororidade, o medo, a violência, enfim, um leque amplo de ideologias advindas do pensamento colonizador. Lorde apresentava-se como poeta, mulher, preta, mãe e lésbica, inclusive ressalta o papel das “lésbicas negras que lideram os movimentos contrários à violência contra mulheres negras” (LORDE, 2019, p. 151). Explicitar suas qualidades e características revelam semelhanças entre o discurso de Lorde e o de Marielle Franco, que, na verdade, são propósitos do feminismo negro, como pode ser observado na seguinte reflexão:

Minha concentração máxima de energia fica disponível para mim apenas quando agrego todas as partes de quem sou, abertamente, permitindo que o poder de determinadas fontes da minha existência flua, indo e vindo livremente por todos os meus diferentes eus, sem as restrições de uma definição imposta de fora (LORDE, 2019, p. 150).

Trata-se do conceito de interseccionalidade tão caro ao movimento feminista negro nos dias atuais, porque agrega as diferentes lutas que devem ser travadas contra a opressão. Nesse sentido, pode-se afirmar, concordando com Davis (2017),

que o combate ao racismo, ainda, é uma luta atual. O reconhecimento das diferentes identidades está em pauta por meio da importância dada ao conceito de representatividade. Ter representatividade é ter existência, o que pressupõe, ainda, a fala, por isso Lorde critica tanto o silenciamento: “penso que tememos a visibilidade sem a qual não vivemos verdadeiramente” (LORDE, 2019, p. 150).

Marielle Franco destaca-se por sua representatividade, como se pode observar, no artigo intitulado “Mulher, preta, favelada e parlamentar: resistir é pleonasma” (FRANCO, 2018, p. 117). Idealizadora de uma “nova estética política”, propõe que sejam articulados gênero, raça, classe e territórios populares para que a vida das pessoas seja colocada acima do lucro (FRANCO, 2018, p. 120). A vereadora caracteriza sua legitimidade como um “marco eleitoral histórico” por ser eleita com mais de quarenta e cinco mil votos, e explica a importância significativa de ocupar “espaços de poder para que a mulher tenha voz e pautar nossas demandas em todos os lugares” (FRANCO, 2018, p. 118). Esse desejo foi interdito, porém sua voz ecoa nas diversas manifestações por justiça e lutas por igualdade/equidade. Nesse sentido, o presente estudo examina duas matérias jornalísticas, publicadas na noite da execução, visando à apreensão das imagens da parlamentar veiculadas pelos jornais *on line*: G1 e BBC BRASIL (de 14 de março de 2018).

5 ANÁLISE DOS TEXTOS MIDIÁTICOS

A análise, a seguir, busca identificar, nos discursos sobre a execução de Marielle Franco, dos jornais G1 e BBC Brasil, diferenças no que diz respeito às problemáticas da influência social, a partir dos sujeitos enunciantes (Eu-enunciador), tendo em vista os processos de construção dos discursos sobre Marielle Franco.

5.1 Políticos, governos, partidos e entidades lamentam morte de Marielle Franco (Jornal G1, DE 14/03/2018, 23H13)

A primeira matéria, do jornal “G1” em sua versão online, apresenta o discurso de autoridades políticas importantes sobre a execução de Marielle Franco. Está organizada em cinco blocos com os seguintes títulos: **Autoridades** – composto pelo então presidente Michel Temer, Ministros do STF, Políticos do Rio de Janeiro, entre

outros; **Políticos** – com a participação de legisladores de diversos partidos políticos; **Partidos Políticos** – formado com o destaque para três partidos políticos: PSOL, PSB e PSDB-RJ; **Entidades** – manifestação de diversos órgãos como a ONU, OAB, Anistia Internacional, entre outros e por fim; **Outras Manifestações** – em que há a participação do Rodrigo Janot e Dilma Rousseff. Trata-se de diferentes **eu-enunciativos** que se pronunciaram sobre a morte da vereadora. A matéria é acompanhada por um vídeo. No entanto a presente análise limita-se ao exame do texto verbal:

Figura 1 – Trechos da Matéria do G1.

<p>Autoridades</p> <ul style="list-style-type: none">• Michel Temer, presidente da República - "Lamento esse ato de extrema covardia contra a vereadora Marielle Franco. Solidarizo-me com familiares e amigos, e acompanho a apuração dos fatos para a punição dos autores desse crime. Pedi ao ministro Raul Jungmann para colocar a Polícia Federal à disposição para auxiliar o interventor do estado do Rio de Janeiro, general Walter Braga Neto, na investigação. Esse crime não ficará impune". 	<p>Políticos</p>  <p><small>Marcelo Freixo comenta a morte da vereadora Marielle Franco</small></p> <ul style="list-style-type: none">• Marcelo Freixo, deputado estadual (PSOL) - "Não havia qualquer ameaça sobre ela. O (vereador) Tarcísio (Motta) convivia na câmara com ela. Eu tinha contato diário com a Marielle, ela trabalhou 10 anos na minha equipe, não tinha qualquer ameaça. A irmã dela está aqui com a gente. A gente vai cobrar com rigor, todas as características são características de execução. Evidente que vamos aguardar todas as conclusões da polícia, cabe à polícia fazer a investigação, mas a gente, evidentemente, não vai nesse momento aliviar isso. As características são muito nítidas de execução, a gente quer isso apurado de qualquer maneira apurado o mais rápido possível. Não é por cada um de nós, é pelo Rio de Janeiro. Isso é completamente inadmissível, uma pessoa cheia de vida, cheia de gás, uma pessoa fundamental para o Rio de Janeiro, brutalmente assassinada. Marielle foi uma cria nossa. Conheci a Marielle muito jovem, saindo dos pré-vestibulares comunitários. Trabalhou 10 anos na minha equipe. É uma figura extraordinária. Isso é inadmissível".
<p>Entidades</p> <ul style="list-style-type: none">• Organização das Nações Unidas (ONU) - "O Sistema das Nações Unidas no Brasil] Tem expectativa de rigor na investigação do caso e breve elucidação dos fatos pelas autoridades, aguardando a responsabilização da autoria do crime". Leia mais aqui sobre a nota divulgada pela ONU.	<p>Outras manifestações</p> <ul style="list-style-type: none">• Rodrigo Janot, ex-procurador-geral da República - O ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot publicou comentário no Twitter: "Que país é esse? Execução infame a exigir apuração completa e transparente."

Fonte: Adaptado do Jornal G1 (2018).

O Presidente da República, Michel Temer, lamenta o ato “de extrema covardia” contra a vereadora, e demonstra esforços para a elucidação do crime. Com isso, utiliza as execuções para ratificar a intervenção (do exército) no estado do Rio de Janeiro. A Ministra Cármen Lúcia destaca, primeiramente, a sua condição de mulher, e comenta que sua morte atinge todas as mulheres, de uma maneira geral, na “luta por justiça e igualdade”.

Na fala do prefeito, Marcelo Crivella, a brutalidade do crime é ressaltada, e comentada, por meio da construção do “conceito da mulher carioca”, definida por sua “honradez, bravura e espírito público”. O prefeito destaca, ainda, a superação de Marielle Franco, que, como mulher, preta e favelada, conseguiu alcançar um “marco eleitoral histórico”: o cargo público de vereadora. O prefeito resalta o legado de Marielle Franco para um “Rio culto, poderoso, rico, mas, sobretudo, justo e humano”, e ainda comenta a tristeza da cidade em relação à perda.

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, destaca a identidade política de Marielle Franco como Vereadora: “mulher admirável, guerreira e atuante, de liderança inequívoca, que tanto lutou contra as desigualdades e violência da qual acabou sendo vítima” (G1, 2018). Na mesma perspectiva do prefeito, o governador utiliza adjetivos que ressaltam a imagem positiva da vereadora.

A **identidade** de Marielle Franco (PSOL), assassinada a tiros, na região Central do Rio de Janeiro, “na noite desta quarta-feira (14)” (G1, 2018), como aponta a matéria, revela um léxico objetivo, como “vereadora” e “mulher”. O termo “vereadora” remete a um fato excepcional, que é a execução de uma parlamentar. Já a referência ao fato de ser “mulher” revela a vulnerabilidade dessa condição.

A sua condição étnico-racial não é explicitada, e vai ao encontro da observação de Ribeiro, quando trata do racismo estrutural, de acordo com a qual não é necessário explicitar o racismo, porque ele não é individual: “A posição social do privilégio vem marcada pela violência, mesmo que determinado sujeito não seja deliberadamente violento.” (RIBEIRO, 2019, p. 33). Dentre **os Imaginários Coletivos** observados, destaca-se a tentativa de construção de um discurso homogeneizador, ao rotular as “virtudes da mulher carioca” (G1, 2018), como “honradez, bravura e espírito público” (G1, 2018), anulando as diferenças tão aspiradas por Franco. Nessa perspectiva, Lorde chama a atenção para que:

Sejamos vistas como pessoas inteiras em nossas complexidades reais - como indivíduos, como mulheres, como humanas -, em vez de como um daqueles problemáticos, ainda que familiares, estereótipos estabelecidos pela sociedade no lugar de imagens autênticas de mulheres pretas (LORDE, 2019, p. 146).

Ao se declarar mulher, preta, lésbica, mãe e parlamentar, Marielle Franco posiciona-se politicamente, marca a sua identidade e a vincula à representatividade. Como pode ser observado, na seguinte afirmação: “[...] estamos, portanto,

organizadas, ocupando ruas e os vários cenários públicos de diversas maneiras, com outros movimentos sociais, apesar da dura repressão contra esses atos.” (FRANCO, 2018, p. 120). Essas características políticas (mulher, preta, lésbica, mãe e parlamentar) não condizem com uma imagem universal da mulher, nesse caso, regional, como é o caso do estereótipo da “mulher carioca”, pois se ignora toda a diversidade e as individualidades das mulheres. Essa crítica ao conceito de sujeito universal vem sendo discutida, de forma contundente, por diversas feministas (hegemônicas, negras, decoloniais)

O jornal G1 aponta para uma problemática comunicacional, preocupada em destacar as vozes mais importantes, em termos de autoridade pública, no que diz respeito à execução da vereadora, as quais revelam o compromisso com a investigação e o esclarecimento do caso. Por outro lado, houve o cuidado em se apontar, pelo menos, um discurso de uma autoridade feminina, o da Ministra do Supremo Tribunal Federal - STF Cármen Lúcia, o qual revela o sentimento das mulheres com tamanha perda, no que diz respeito à representatividade.

De um modo geral, pode-se afirmar que o site G1 destacou as vozes de autoridades distintas para abordar a execução de Marielle Franco e Anderson Gomes. De forma diferente, a análise 2 (5.2), do site BBC BRASIL, constata outras estratégias, advindas de outros propósitos comunicativos.

5.2 Em posts e projetos de lei: pelo que lutava Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio (Site BBC Brasil, de 15/03/2018)

Um dia após o duplo homicídio que vitimou Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, a BBC Brasil publica matéria na qual aborda a temática que integrava o círculo de pautas e atuação da parlamentar.

Inicialmente, o texto chama a atenção por abordar diretamente os temas: racismo, violência e gênero: “Morta com quatro tiros na cabeça nesta quarta-feira, a vereadora do PSOL Marielle Franco, de 38 anos, expunha nas redes sociais sua luta contra o racismo **e a violência, em especial contra jovens e mulheres.**” (BBC BRASIL, 2018, grifo nosso).

Após explicitar brevemente as temáticas de atuação de Marielle Franco, a matéria insere-se em um contexto mais reflexivo, e o **eu-enunciativo** opta pela

apresentação das postagens da própria Marielle Franco, em suas redes sociais, à época o Twitter; e de pessoas mais próximas a ela:

Figura 2 – Trechos da Matéria da BBC Brasil .



Fonte: Adaptado do Jornal BBC Brasil (2018).

O termo “atrevimento” refere-se ao fato de Marielle Franco ter ido “em busca de lugares não tradicionais”, ou seja, espaços de poder, ocupados, em sua maioria, por homens, que, tradicionalmente, exercem os cargos político-administrativos do país. Nesse aspecto, pontua-se o pensamento de Ribeiro (2018) quando recorda a terceira onda do movimento feminista, na década de 1990, e os questionamentos e críticas que algumas feministas, desse período histórico, passaram a levantar. Segundo a autora:

As críticas [...] vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modos diferentes, **tornando necessário discutir gênero com recorte de classe e raça**, levando em conta as especificidades de cada uma. A

universalização da categoria “mulheres” tendo em vista a representação política foi feita tendo como base a mulher branca de classe média — trabalhar fora sem a autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres pretas ou pobres (RIBEIRO, 2018, p. 20, grifo nosso).

Nesse sentido, a **identidade** de Marielle Franco revela uma compreensão da importância da **representatividade** para as conquistas dos grupos mais vulneráveis. A matéria revela as ações desenvolvidas pela parlamentar na construção de projetos, propostos e aprovados (à época): “Dos 16 projetos de lei que apresentou, oito eram individuais e a outra metade assinou com colegas da Câmara do Rio.” (BBC BRASIL, 2018). A matéria aponta, ainda, que “um deles, que apresentou sozinha, propunha instituir o ‘dia da luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia’, no calendário do Rio, e o ‘dia da visibilidade lésbica’. Também propôs incluir o ‘dia da mulher preta’” (BBC BRASIL, 2018). Por fim, a matéria tece um breve resumo sobre as circunstâncias do duplo homicídio e enfatiza a não resolução do crime.

Verifica-se, portanto, uma prática parlamentar que vai ao encontro das propostas do Feminismo Negro e o Feminismo descolonial. Conforme Davis (2017, p. 33), “Para que o movimento de mulheres enfrente os desafios de nosso tempo, os problemas específicos das mulheres racialmente oprimidas devem ter prioridade estratégica”. Nesse sentido, é possível traçar uma **identidade** para Marielle Franco, como “atrevida” no sentido de ser “corajosa” ocupar os espaços de poder fechados para as mulheres, principalmente, as pretas. Com base em seus projetos, verifica-se a **identidade de uma feminista preta**, que luta contra a exclusão das pessoas, de uma maneira geral, porém, com ênfase naquelas que mais sofrem, como as mulheres, lésbicas, gays etc.

Os **imaginários coletivos** observados revelam: a) as dificuldades do morador da favela para a ascensão social, principalmente para as mulheres pretas; b) os estereótipos atribuídos a essas pessoas (faveladas, mulheres, pretas etc.) não são reproduzidos pela matéria; c) o atrevimento da vereadora aparece no discurso direto do morador da Maré, o que demonstra o cuidado do jornalista (eu-enunciador), não apenas de explicitar a voz que fala, mas também de justificar o conteúdo do termo, uma vez que historicamente as mulheres são silenciadas e rotuladas, quando reivindicam direitos ou apenas discordam.

Nesse sentido, a matéria do jornal BBC Brasil apresenta uma problemática comunicacional que destaca a perda de uma representante importante para a

conquista de direitos. Especialmente dos grupos étnicos historicamente excluídos de direitos básicos, como educação, emprego e, no caso das pessoas de cor (pretas/indígenas), do direito à própria existência.

As duas matérias analisadas mostraram-se importantes ao evidenciar as diferenças na publicação de um mesmo fato: a morte de Marielle Franco. Contudo, os debates não se encerram com esta pesquisa e passam a servir como verificação de diferentes projetos comunicativos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da imagem de Marielle Franco se dá de maneira distinta no Jornal G1 e BBC Brasil, quando comparadas as duas matérias. Enquanto o sujeito enunciador (eu-enunciador), do primeiro jornal, apresenta os discursos das autoridades do Rio de Janeiro e de outros estados no processo de construção dos sentidos, por sua vez, o eu-enunciador, do segundo jornal, optou por apresentar os projetos da vereadora, propostos na Câmara, e os depoimentos de pessoas que conviveram com Marielle Franco, como familiares e amigos.

Com isso, identificam-se dois propósitos comunicativos distintos de abordagem. No primeiro caso, no jornal G1, a **identidade** construída do sujeito Marielle Franco é a de uma parlamentar assassinada, destacando-se o compromisso com a resolução do caso, o que ainda não ocorreu. A **imagem** da vereadora é dissolvida em meio ao estereótipo de “mulher carioca”, esvaziando todo o seu potencial interseccional.

No segundo jornal, o processo de construção de **identidade** da vereadora valoriza cada característica definidora dela: **mulher, preta, militante, feminista e defensora dos direitos humanos**. A abordagem aproxima o debate, engendrado na matéria da BBC Brasil de reflexões importantes do Feminismo Negro e do Feminismo Descolonial, preconizadas por Marielle Franco. Portanto, a imagem de Marielle Franco, construída pelo jornal com a presença de diversas vozes e menção aos seus projetos de lei, revela uma prática combativa de atuação política, direcionada à luta de direitos humanos.

De modo distinto, a primeira matéria, intitulada “Políticos, governos, partidos e entidades lamentam a morte de Marielle Franco”, e publicada no jornal O Globo, algumas horas após a execução da vereadora, apresenta os discursos de

autoridades políticas: presidente Michel Temer, governador Pezão e prefeito Crivella. Os discursos masculinos revelam o olhar do homem, branco, heteronormativo, o qual insiste na tentativa de diluir as diferenças e garantir a manutenção do que Lorde (2019, p. 152) denomina “velhos diagramas que ditam expectativas e reações, velhas estruturas de opressão”, o que pode ser observado nos conteúdos semânticos do termo “mulher”/“mulher carioca”. O Rio de Janeiro, assim como qualquer outra cidade, constitui-se de uma diversidade de intersecções num quadro amplo de mulheres distintas.

Nesse sentido, o presente estudo buscou a análise dos discursos midiáticos responsáveis pela construção da imagem da vereadora após a sua morte, em distintos meios de comunicação. O estudo observou diferentes identidades engendradas, tendo em vista os sujeitos enunciativos e a presença ou não de pressupostos teóricos feministas, principalmente, pelas reflexões engendradas pelo Feminismo Negro e pelo Feminismo Descolonial. Pode-se afirmar que enquanto o G1 enfatizou uma abordagem política da execução, a BBC Brasil revelou uma preocupação em restituir a humanidade de Marielle Franco, enquanto parlamentar, mulher, preta, mãe, lésbica e favelada.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, V. P. S. de. **A construção do ethos da presidente Dilma Rousseff em charges jornalísticas**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BBC BRASIL. **Em posts e projetos de lei: pelo que lutava Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio** [2018]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43398816>> Acesso em: 19 mar. 2019.

CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. 1996.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do discurso. In: PAULIUKONIS, M.A.L.; GAVAZZI, S. (Org.) **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, G. P., LIMBERTI, R. P. (Orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.

DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRANCO, M. Mulher, preta, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo. In: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018, 186 p.

G1. **Políticos, governos, partidos e entidades lamentam morte de Marielle Franco**. [2018]. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/parlamentares-lamentam-morte-de-marielle-franco.ghtml> > Acesso em: 19 mar. 2019.

LORDE, A. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 22, p. 935-952, out. 2014.

OLIVEIRA, I. **O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil**. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: BOAVENTURA, S. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, L. M. A vida e as lutas de Marielle Franco. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea. v. 16, n. 42, p. 274-280, 2018.

SANTOS, V. M. dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia e Sociedade**. v. 30, e 200112, p. 1-11, 2018.

VELASCO, M. J. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde / con el feminismo negro. In: JABARDO, M. (Org.). **Feminismos negros**: una antología. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012, p. 27-56, 2012, 321p.